

**ATA DA CENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao ilustre deputado Paulo Duarte que assuma momentaneamente a primeira-secretaria, e ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, em exercício, deputado Paulo Corrêa, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. “Ata da Centésima Oitava Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Trinta e Dois da Centésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 47/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 71/2025, do Instituto Brasileiro de Direito de Trânsito; Ofícios nºs 48.122, 48.264, 48.267, 48.270, 48.481, 48.484, 48.487, 48.490, 48.545, 48.552, 48.555, 48.558, 48.561, 48.568, 48.574, 48.629, 48.633 e 48.637/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 113 e 114/2025, da Motiva Panatanal; Ofício nº 2.613/2025, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofício nº 827/2025, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas; Carta nº 1.309/2025, da Águas Guararoba; Carta nº 1.248/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. O presidente solicitou a inversão da pauta, transferindo a Ordem do Dia para o Pequeno Expediente e suprimindo o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2025, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 247/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 254/2025, de autoria Poder Executivo; Projeto de Lei nº 161/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Jandir Paulina da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares Aladir de Biasi; requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Pedro Kemp e Zé Teixeira, endereçada aos familiares do Padre Alexsandro da Silva Lima; requerimento de moção de

*aplausos, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect/MS) e ao seu diretor-presidente, senhor Márcio de Araújo Pereira, pelo notável trabalho e dedicação à promoção da ciência, tecnologia e inovação em nosso estado, que resultaram em um marco histórico de investimentos no setor; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação da Família Mattos, na pessoa da presidente, Maria de Lourdes Santos Silva, e do vice-presidente, João Carlos Torraca Brandão, pela realização do 34º Encontro Internacional da Família Mattos, em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao senhor Roger William Thompson Teixeira de Andrade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao pastor Eli Souza Junior, extensiva a toda a igreja, pela sua eleição como presidente da Primeira Igreja Batista de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada à senhora Simone Moraes, à senhora Mônica Kassar, à senhorita Jade Luiza de Salis da Maia e ao senhor Gilberto Luiz Alves, pela realização da exposição das obras de Jorapimo; requerimentos de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçadas à estudante Sofia Almeida Magalhães e à professora Rosa Maria da Silva, docente do Centro Estadual de Educação Profissional Hércules Maymone, pelo seu brilhante trabalho como educadora e pela dedicação que contribuiu para a conquista do primeiro lugar da aluna Sofia Almeida Magalhães na 9ª edição do Concurso de Redação 'Um Passeio com Manoel'; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Gleice Jane, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Zeca do PT, Lia Nogueira, Jamilson Name e Lidio Lopes. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Gleice Jane e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Zé Teixeira e Gerson Claro. O deputado Junior Mochi declarou voto favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2025, de autoria da Mesa Diretora. **GRANDE EXPEDIENTE** – Foi suprimido. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezenove de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Paulo Duarte, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados e a todos os presentes nesta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária do dia 25 de novembro de 2025: Mensagem nº 48/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), o Programa Cadastro Positivo MS, nos termos que menciona (Prot. nº 4791/2025); Mensagem nº 49/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Maracaju, o imóvel urbano de sua propriedade que especifica e as construções nele existentes e dá outras providências (Prot.

nº 4792/2025); Mensagem nº 50/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS), na forma que especifica e dá outras providências (Prot. nº 4793/2025); Mensagem nº 51/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, na forma que especifica e dá outras providências (Prot. nº 4794/2025); Mensagem nº 52/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que institui o Fundo Rotativo Penitenciário, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e administrado pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Agepen) (Prot. nº 4795/2025); Mensagem nº 53/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que reorganiza a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão deste programa, e dá outras providências (Prot. nº 4798/2025); Mensagem nº 54/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual a transformar a Empresa de Gestão de Recursos Minerais (MS Mineral) em sociedade de economia mista e alterar a sua denominação para Companhia Gestora de Ativos Ambientais de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima (MS Ativos Ambientais), e dá outras providências (Prot. nº 4799/2025); Mensagem nº 55/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que institui a microrregião de saneamento básico do Estado de Mato Grosso do Sul e suas respectivas estruturas de governança e atribuições, e dá outras providências (Prot. nº 4800/2025); Ofício nº 269/2025, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa de Leis os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul) (Prot. nº 4790/2025). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, hoje, dia 25 de novembro é o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, data que foi instituída pela Assembleia Geral da ONU em 1999, depois que três irmãs dominicanas foram assassinadas em 25 de novembro de 1960, por terem feito oposição à ditadura de Trujillo, na República Dominicana. Portanto, esta data deve ser um convite à reflexão e à soma de esforços no combate à violência contra as mulheres e meninas em todo o mundo. O foco desta campanha neste ano de 2025 será a violência digital, uma das formas de abuso que mais rapidamente tem crescido em todo o mundo. Senhor presidente, eu estou apresentando hoje um projeto de lei que dispõe sobre o enfrentamento à misoginia e à violência digital contra as mulheres, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, lembrando que essa violência se caracteriza pela agressão, misoginia, abuso praticado no ambiente on-line e virtual, com ameaças, perseguição, exposição indevida da intimidade e compartilhamento não consensual de imagens íntimas, ódio e agressão às mulheres. A violência contra mulher afeta, de forma drástica, o nosso País, em

especial o nosso Estado que ocupa lugar no topo do número de feminicídio. Eu tenho aqui um levantamento atualizado do número de feminicídios praticados aqui no Mato Grosso do Sul e, infelizmente, este ano nós já registramos trinta e seis feminicídios em vinte e seis municípios, ou seja, um terço dos municípios do nosso estado tem registro de feminicídio, sendo seis casos só aqui em Campo Grande, dois casos em Cassilândia, dois casos em Corumbá, dois casos em Bela Vista e dois casos em Rochedo. Foram registrados também casos de feminicídio em cada um desses municípios: Caarapó, Dourados, Água Clara, Juti, Nioaque, Sidrolândia, Itaquiraí, Paranaíba, Bandeirantes, Três Lagoas, Jardim, Coronel Sapucaia, Angélica, Maracaju, Costa Rica, Glória de Dourados, Naviraí, Ribas do Rio Pardo, Bataguassu, Nova Alvorada e Dois Irmãos do Buriti. Eu quero lembrar que embora muitas medidas tenham sido adotadas com o objetivo de reduzir os casos de violência, infelizmente não houve a redução esperada dos casos que temos acompanhado no noticiário a cada dia. A crescente violência, em especial o feminicídio, exige cada vez mais o aprimoramento das legislações, não só em caráter punitivo, mas também no sentido de buscar formas de estruturar as ações do Governo por meio das políticas públicas e estratégias que possam atingir o conjunto da sociedade de forma preventiva. É nesse sentido que apresento esse projeto de lei, visto que precisamos de mais políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres, principalmente no ambiente virtual, e também à prática do feminicídio. Uma das ações necessárias para o enfrentamento do feminicídio é coibir a violência de gênero on-line, tanto da misoginia, que propaga aversão e ódio, quanto a disseminação não consentida de imagens e vídeos íntimos: a sextorsão, ameaça de divulgar conteúdos íntimos; o stalking, perseguição obsessiva; o cyberbullying, para intimidar, hostilizar, linchar virtualmente a vítima; a invasão da privacidade com chamado “doxing”(quando um grupo de usuários se reúne para encontrar e divulgar dados pessoais da vítima), entre outras práticas de discriminação e violência. A internet possibilitou a circulação de conteúdo de ódio e aversão às mulheres, e a estratégia de engajamento de alguns divulgadores de conteúdo que conseguem monetizar vídeos e transformam a misoginia em um negócio rentável, movimentando milhares de reais com conteúdos que pregam o controle sobre mulheres, deslegitimam o feminismo e reforçam estereótipos de gênero. Então, queremos que esse projeto tramite com o apoio dos demais deputados aqui da Casa, para termos mais um instrumento legal de luta e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo de Araújo Pontes Guedes, titular da Primeira Promotoria de Justiça de Terenos, solicitando a apuração de possíveis irregularidades no serviço de transporte escolar da distrito de Nuara, no município de Terenos, tendo em vista os recorrentes problemas envolvendo o ônibus responsável pelo deslocamento dos estudantes. Segundo relatos da comunidade Nuara, o veículo que realiza o transporte de alunos da região apresenta constantes quebras, ocasionando interrupções frequentes no transporte, deixando diversas crianças impossibilitadas de comparecer às aulas. Há situações em que os estudantes chegam a acordar às quatro horas da manhã para aguardar

o ônibus que muitas vezes não aparece, prejudicando gravemente a assiduidade escolar e comprometendo o direito fundamental à educação. No mesmo sentido, apresento uma indicação ao senhor Arlindo Landolfi Filho, prefeito de Terenos, solicitando medidas urgentes para regularizar o transporte escolar da linha que atende a região de Nuara, naquele município. E, por último, apresento uma moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do artista plástico Pedro Guilherme Garcia Góes, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 20 de novembro. Natural de Coxim, Pedro Guilherme iniciou sua relação com a arte às margens do rio Taquari, onde encontrou no peixe o símbolo maior de sua expressão estética. Para ele, esse elemento representava as raízes pantaneiras que o acompanharam desde a infância e que se tornaram inseparáveis de sua identidade criativa. O artista dizia não ter conseguido se afastar das circunstâncias que moldaram seu universo cultural, percebendo-se envolvido pela arte antes mesmo de compreender plenamente o seu caminho. Assim, as referências aquáticas tornaram-se marca registrada de suas pinturas, esculturas e murais, reconhecidas por sua força simbólica e pela capacidade de dialogar com o imaginário regional. Ao longo de sua carreira, atuou como muralista, pintor e escultor, participando de exposições e recebendo premiações que ampliaram o alcance de sua obra no cenário artístico. Sua criação mais emblemática é a obra “O Beijo”, instalada no Lago do Amor, em 2008, composta por dois peixes carás em concreto armado. A escultura transformou-se em cartão-postal da cidade, símbolo afetivo e cultural que une natureza, identidade urbana e memória coletiva. Em 2021, Pedro Guilherme revitalizou o monumento com o apoio de seu filho, Marcelo Góes. Diante de tamanha contribuição ao patrimônio cultural do estado, esta Casa se solidariza com familiares, amigos, admiradores e com toda a comunidade artística. Que o legado de Pedro Guilherme permaneça inspirando novos criadores e fortalecendo o apreço pela arte regional.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JÚNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir ao deputado Pedro Kemp para assinar essa moção de pesar e, se possível, transformá-la pela Casa, diante da importância da obra desse extraordinário artista, lembrando que o pai dele, senhor Laurentino Garcia Góes, foi prefeito de Coxim. Todas as pinturas em prédios de Campo Grande onde há peixes, como a do Lago do Amor, são de autoria do artista Pedro Guilherme. Portanto, quero fazer essa solicitação a Vossa Excelência, se o deputado Pedro Kemp assim o permitir.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Se todos os deputados estiverem de acordo, transformo pela Casa, com a anuência do autor. O deputado Pedro Kemp concorda?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — De acordo, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a construção de uma rotatória na BR-163, sentido Caarapó, na entrada da Sitioca Ouro Fino, em frente à Estação de Tratamento de Água da Sanesul, no município de Dourados. Apesar de essa rodovia ser patenteada pela CCR, o vereador Laudir Antônio Munaretto me encaminhou esse pedido. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com cópia ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando a união de esforços e gestão conjunta para providências no direcionamento de recursos federais, objetivando a criação do Restaurante Popular de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando providências quanto ao desgaste do pavimento da estrada vicinal que liga a rodovia MS-147 à central de energia elétrica de Vicentina. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos nossos deputados federais e senadores, solicitando gestão no sentido de destinar recursos da União a fim de suprir a demanda pelos custos de manutenção da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (Fadab). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit no Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Júnior, em caráter reiterativo, solicitando obras de melhorias na rodovia BR-376, no trevo de acesso à estrada Dom Bosco, no travessão Laranja Lima, na região do distrito de Indápolis, em Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa (PSDB) — Quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, da senhora Isa Marcondes, vereadora do município de Dourados; do Junior Bastos, presidente da Câmara Municipal de Selvíria; do Eli José Rodrigues, vereador do município de Naviraí; do Edson Lourenço de Freitas, o “Pinduca”, vereador do município de Aparecida do Taboado, e do Everton Galter Custódio, presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar a todos que nos prestigiam com suas presenças e, de modo

especial, o vereador Ailton Amorim; a vereadora Luir; o Ber Galter, presidente da Câmara de Aparecida do Taboado; a vereadora Isa Marcondes; a imprensa; as autoridades presentes; e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia ou pelas mídias sociais desta Casa. Inicialmente, eu gostaria de registrar a moção de pesar que já assinei conjuntamente com o deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do amigo e grande artista sul-mato-grossense, filho de Coxim, Pedro Guilherme Garcia Goes, lembrando que essa moção foi feita pela Casa, atendendo à determinação de Vossa Excelência. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao atleta Rodrigo Fagundes de Freitas, zagueiro profissional do Criciúma Esporte Clube, natural de Coxim, em reconhecimento à sua destacada atuação no futebol brasileiro e pela relevante representação do município e do Estado de Mato Grosso do Sul no cenário nacional. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto Santos, diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, solicitando providências para a manutenção da rede de energia elétrica e a substituição do poste com transformador localizado na avenida Visconde de Taunay, entre as ruas Rui Barbosa, da Cruz e Neide de Oliveira, no bairro Largo da Bahia, próximo à loja maçônica, no município de Nioaque. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, diretor-presidente do Detran/MS, e à senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando a retomada e ampliação do Programa CNH Social, a fim de garantir novas vagas à população de baixa renda do município de Nioaque. A presente proposição acolhe, de forma integral, o pedido do vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, conforme requerimento anexo. Senhor presidente, eu me permito, neste momento, pedir a sua autorização para que eu possa apenas exibir um vídeo, para depois fazer a leitura desta moção diante do episódio ocorrido ontem, na cidade de São Gabriel do Oeste. Eu vou apresentar o vídeo de um resgate realizado pelo bombeiro militar pertencente ao 9º Grupamento de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, localizado em São Gabriel do Oeste, Adriano Brito Marques, que salvou a vida de um cidadão que ia se jogar em uma tentativa de suicídio e, mesmo correndo risco de vida, ele subiu à torre e o resgatou. Portanto, por conta desse ato de bravura daquele que realmente se preocupa com a vida humana, colocando a sua em risco para a salvação de outro, é que apresento aqui uma moção de congratulação ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em especial ao terceiro-sargento bombeiro militar Adriano Brito Marques, integrante do 9º Grupamento de Bombeiros Militar de São Gabriel do Oeste, pela atuação exemplar em resgate de alto risco realizado na madrugada do dia 22 próximo-passado, ocasião em que salvou a vida de um jovem que atentava contra a própria integridade física ao subir em uma torre de serviço de internet no centro do município. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado

Junior Mochi, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em especial ao terceiro-sargento bombeiro militar Adriano Brito Marques, por meio da presente moção de congratulação, pela atuação heroica e tecnicamente exemplar no resgate de um jovem de dezoito anos que se encontrava em situação de extremo risco após subir em uma torre de comunicação na madrugada do dia 22, no município de São Gabriel do Oeste". Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Junior Mochi, eu gostaria de solicitar a permissão de Vossa Excelência para fazer essa moção de congratulação pela Casa porque esse é um ato realmente heroico não só do bombeiro, mas também da pessoa que estava tentando se jogar.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, não só aceito como acho extremamente importante que a Assembleia Legislativa reconheça também os préstimos do bombeiro militar que colocou a própria vida em risco para salvar outro cidadão. É muito importante e a gente deve ressaltar os atos heroicos praticados por aqueles que, no exercício do seu serviço, salvam a vida de outras pessoas. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Registro e agradeço a presença dos vereadores de Costa Rica, professor Evair Gomes Nogueira e Airton Martins de Amorim. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Cumprimento, de modo especial, o vereador Juninho Bastos, de Selvíria, presente nesta Sessão. É um prazer recebê-lo. Senhor presidente, eu trago hoje duas indicações e um requerimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando providências para viabilizar as alterações normativas apresentadas pelo Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses Papiloscopistas do Estado de Mato Grosso do Sul (Sinpap), referentes ao Decreto nº 14.954/2018, e à Lei Complementar nº 114/2005, bem como a inclusão de novos incisos no artigo 262-A dessa mesma lei complementar, conforme deliberação favorável do Conselho Superior da Polícia Civil. As atualizações solicitadas envolvem a inclusão do campo “carreira” na carteira de identidade funcional, hoje inexistente no modelo previsto no Decreto nº 14.954/2018; a padronização das tabelas de subsídios da carreira que atualmente não apresentam alinhamento entre carreira, cargo e função; a correção redacional do artigo 155 da Lei Complementar nº 114, que hoje não menciona a carreira na identificação funcional e a inserção de atribuições relativas aos exames biométricos e de comparação facial humana no artigo 262-A, atividades já desempenhadas pelo Instituto de Identificação e que carecem

de previsão expressa na legislação. Senhor presidente, nós mesmos, nesta Casa, aprovamos a alteração dos peritos papiloscopistas que se tornaram peritos oficiais papiloscopistas. Essa alteração foi sancionada pelo governador, já é direito deles, mas não foram feitas as adequações necessárias na identidade funcional, na tabela. Então, é preciso fazer as atualizações necessárias baseadas na lei que nós mesmos aprovamos e que foi um avanço para a categoria que adquiriu sua oficialidade. É preciso padronizar os documentos de identidade funcional, a tabela de subsídios e as atribuições dos exames biométricos que são atividades importantes já realizadas pelo Instituto de Identificação por meio dos peritos oficiais papiloscopistas. Então, é um pedido para que a Sejus e o nosso governador promovam essas alterações importantes para a carreira como mais uma forma de valorização e justiça diante da lei que já os reconhece como peritos oficiais papiloscopistas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, solicitando a realização, em caráter emergencial, de serviço Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-040, abrangendo os trechos entre os municípios de Campo Grande e Santa Rita do Pardo, de Santa Rita do Pardo a Bataguassu, na rodovia MS-338, bem como na MS-480, no sentido do distrito de Porto Primavera, em razão do acentuado desgaste do pavimento provocado pelas últimas chuvas e dos riscos impostos aos usuários que trafegam diariamente por essas vias. Senhor presidente, com o início das chuvas nós temos um problema sério nas rodovias, muitas precisam de restauração, mas, enquanto isso não ocorre, é preciso acelerar o processo para tapar os buracos. Existem algumas rodovias em situação muito precária, como a MS-040, que liga toda essa região de Campo Grande à Costa Leste; a MS-480, que dá acesso a Porto Primavera, uma rodovia de fluxo intenso de caminhões e veículos e que também é acesso ao Estado de São Paulo e ao Paraná. Eu recebi vídeos e fotos, de usuários dessas rodovias e por isso apresento essa indicação, para que a Secretaria de Infraestrutura e Logística acelere o processo de tapa-buraco nessas rodovias. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando esclarecimentos formais acerca das medidas adotadas pela Coordenadoria-Geral de Perícia (CGP), no âmbito dessa secretaria, que vêm resultando na retirada dos peritos papiloscopistas dos prédios das delegacias da Polícia Civil em diversos municípios do estado. É necessário que sejam informados quais são os fundamentos técnicos, administrativos e legais que originaram a medida; se existe ato normativo, diretriz formal ou cronograma que embasa a estruturação adotada; se houve consulta prévia aos municípios antes da implementação da retirada dos profissionais; se há previsão de diálogo institucional com os prefeitos e com esta Casa Legislativa, especialmente diante do aumento da demanda por atendimento decorrente da implantação da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Por fim, eu solicito que a resposta seja encaminhada a este gabinete, em prazo administrativo razoável, considerando a repercussão do tema e seu impacto direto sobre a população sul-mato-

grossense. Deputada Mara, eu quero chamar atenção para essa situação porque esse é um assunto que tem levado os prefeitos a entrarem em contato. Deputado Paulo Corrêa, a CGP está fazendo a retirada dos peritos papiloscopistas que atendem nas delegacias, promovendo o RG, colocando eles em prédios fora das delegacias e isso está criando muitos transtornos, visto que eles fazem parte do grupo da Polícia Civil e a população já se acostumou com esse atendimento junto à delegacia. Os prefeitos estão entrando em contato com a gente, inclusive a deputada Mara já recebeu pedido de prefeito, por isso chamei a atenção dela para que a gente possa discutir isso e ouvir os municípios sobre a possibilidade de manter esse serviço de identidade nos prédios das delegacias, porque não tem custo adicional. Então, estou encaminhando esse requerimento, pedindo que o secretário nos informe se há possibilidade de resolver esse assunto. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando que seja realizada parceria com o município para o asfaltamento da continuação da rua Duque de Caxias, no município de Aquidauana. Essa proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero, visto que a referida rua apresenta significativo fluxo de veículos e pedestres, sendo rota utilizada por moradores, estudantes e trabalhadores. Esse trecho que ainda não foi pavimentado tem causado transtornos à população, especialmente em períodos de chuva, quando aumenta a dificuldade de acesso e ocorrem danos à trafegabilidade. Diante disso, solicitamos o apoio desses órgãos para viabilizar recursos, estudos técnicos ou cooperação institucional necessários à realização do asfaltamento, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e para a qualidade de vida da população. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia autônoma à coordenadora do Comitê de Gestão de Saúde, senhora Ivone Canã, solicitando a implantação de equipamentos de odontologia, em especial, um compressor, na UBS Caiçara, nesta Capital. A unidade conta com espaço físico construído especificamente para os serviços de odontologia e possui profissionais capacitados para realizar os atendimentos, no entanto, os serviços ainda não estão em funcionamento devido à falta do compressor odontológico, equipamento indispensável para a realização dos procedimentos. Essa proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pela senhora Michele do Nascimento Rochef. Solicito que sejam adotadas as medidas necessárias para a disponibilização do referido

equipamento, possibilitando o início imediato dos atendimentos e garantindo à comunidade o acesso integral aos serviços de saúde bucal. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Senhor presidente, eu tenho uma moção de congratulação para falar da Agesul e, por coincidência, eu sou defensor do antigo Dersul. Acho que o Estado de Mato Grosso do Sul deveria reconstituir o Dersul, o Departamento de Estradas de Rodagem, assim como tem o DER do Paraná, o DER de São Paulo, o DER de Minas Gerais, porque esse departamento tem um serviço diferenciado que cuida especificamente das rodovias. Eu não vou ler todos os dizeres aqui, mas quero registrar que Agesul a completou, agora em outubro, vinte e cinco anos de criação, lembrando que foi no governo do deputado Zeca. Na época, ele incorporou o DOP ao Dersul e formou uma agência de empreendimentos com a responsabilidade de planejar, executar e fiscalizar obras, tanto da construção civil quanto da construção rodoviária. Então, fiz aqui uma moção de congratulação, esperando que ela melhore suas atividades, porque agora que começou o período de chuvas, muitas de nossas rodovias estão apresentando um estado deplorável, com muitos buracos. Isso normalmente decorre da falta de um trabalho preventivo, de um planejamento para que se tenha um revestimento adequado, seja por meio de micropavimento, seja por lama asfáltica, para prevenir exatamente o que agora estamos enfrentando em algumas rodovias importantes do nosso estado. Eu tenho aqui um projeto de lei que dispõe sobre a inclusão da tilápia como opção de proteína nas aquisições destinadas à rede pública de ensino do estado e aos órgãos de segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º. Fica instituída, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a tilápia como opção de proteína nas aquisições de gêneros alimentícios destinadas à rede pública estadual de ensino, para a composição da alimentação escolar, e aos órgãos integrantes do sistema de segurança pública do estado, para a composição das refeições institucionais fornecidas aos servidores. Artigo 2º. A tilápia, como opção de proteína, observará: a disponibilidade do produto no mercado local e regional; a compatibilidade com as normas profissionais e sanitárias previstas em regulamentação estadual e municipal; a viabilidade econômico-orçamentária das aquisições públicas e o respeito às regras de licitações e contratos da administração pública. Artigo 3º. Para fins desta lei, a tilápia poderá ser adquirida nas seguintes formas, desde que atendam às normas sanitárias vigentes: peixe fresco ou resfriado; peixe congelado; filé de tilápia e preparações industrializadas à base de tilápia. Artigo 4º. A aquisição de tilápia deverá, sempre que possível, priorizar produtores, cooperativas e agroindústrias sediadas no Estado de Mato Grosso do Sul, observados a legislação aplicável e os critérios de competitividade previstos nos processos licitatórios. Artigo 5º. Os cardápios da alimentação escolar e das refeições dos órgãos de segurança pública deverão conter preparações com

tilápia, de forma frequente, respeitadas as recomendações nutricionais específicas para cada público. Artigo 6º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no prazo de até noventa dias a contar da sua publicação. Justificativa: Mato Grosso do Sul representou 18,67% no crescimento da sua produção e tem incentivado para que até 2025, portanto neste ano, cinquenta mil toneladas de tilápia sejam produzidas aqui no estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença de vários coletivos que lutam pela defesa e direitos das mulheres aqui no nosso estado e contra a violência praticada contra as mulheres. Quero registrar a presença das representantes dos coletivos: Movimentos de Mulheres Olga Benário; Associação "Elas Podem"; Coletivo Ana Montenegro; Católicas pelo Direito de Decidir e Coletivo TransPor. Dentre as várias reivindicações que elas apresentam, está a criação da Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa. Eu acho que esse é um assunto que nós temos que discutir na Mesa Diretora e encaminhar, até porque a Procuradoria da Mulher aqui seria um canal direto para defesa, acolhimento das mulheres, encaminhamento de denúncias, combate ao feminicídio e articulação de uma série de políticas públicas em defesa das mulheres. Então fica aqui o registro de presença desses coletivos, hoje, 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Nós já tivemos oportunidade de falar, presidente, mas eu gostaria de registrar e agradecer a presença desses coletivos de mulheres na Casa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (De autoria do deputado Antonio Vaz: cinco indicações (Prot. nºs 4818/2025, 4817/2025, 4807/2025, 4806/2025, 4805/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: quatro indicações (Prot. nºs 4826/2025, 4823/2025, 4796/2025, 4784/2025). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 4809/2025); uma moção de aplauso (Prot. nº 4825/2025). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 4827/2025, 4829/2025); um requerimento (Prot. nº 4828/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 4770/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 4787/2025); um requerimento (Prot. nº 4788/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: seis indicações (Prot. nºs 4815/2025, 4814/2025, 4813/2025, 4812/2025, 4811/2025, 4810/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três indicações (Prot. nºs 4789/2025, 4786/2025, 4785/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 4822/2025, 4821/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4820/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4824/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 4816/2025). De autoria do deputado

Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 4808/2025, 4804/2025, 4803/2025, 4802/2025, 4801/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, desde a semana passada eu estou querendo fazer uso da tribuna para falar de uma coisa muito importante, no meu ponto de vista, que é a falta de segurança jurídica que nós estamos encontrando no campo neste momento. Quero deixar registrados dois fatos. Um deles é que no município de Dourados, mais precisamente no Distrito de Picadinho, em 1923, aportou o senhor Desidério, vindo de Minas Gerais, com cinquenta anos de idade, exatamente trinta e cinco anos depois da Lei Áurea, quando houve a libertação dos escravos, e adquiriu um título do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo, como o de qualquer pessoa, independentemente de raça ou cor. Esse título tramitou por cerca de doze anos e o senhor Desidério faleceu. Acontece que, depois do seu falecimento, houve a emissão do título e também o inventário em Ponta Porã, em 1937. O inventário está lá em Ponta Porã com todos os descendentes do senhor Desidério. Para nossa surpresa e dos produtores rurais, o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou o Distrito de Picadinho, a quinze quilômetros de Dourados, um quilombo que nunca houve, que nunca existiu, mesmo porque o senhor Desidério foi proprietário dessa terra com o título emitido pelo Estado. Então, isso nos causa estranheza. Há pouco, eu liguei para a senadora Tereza Cristina, ela está nos Estados Unidos, conversei com ela e expliquei a preocupação das pessoas que lá produzem há mais de oitenta anos, inclusive os descendentes do senhor Desidério que ainda têm um pedaço de terra lá, por partilha de inventário, e não por quilombo. Eu sinto que, neste momento, o setor produtivo do nosso país passa por uma situação muito delicada em todos os sentidos, seja por questões climáticas, questões de juros, questões de investimento, questões que trazem preocupação, porque o produtor rural está passando por duas ou três safras sem uma colheita significativa, por questões do clima e hoje está com dificuldade até de plantar. Muitos estão plantando, mas, no meu ponto de vista, a colheita deve cair, a produtividade deve cair porque estão plantando com muito menos investimentos na terra, com muito menos adubo porque não conseguem investir. E tem também uma outra questão, senhor presidente, senhores deputados, que é a questão indígena, porque há mais de vinte anos a gente debate, nesta Casa, o desmando das invasões pela falta de critério de um país sério, onde muitos produtores rurais estão produzindo com os índios dentro de suas propriedades, através de invasão, com um transtorno enorme. Se vocês forem a Dourados e entrarem no Bocajá, poderão ver uma irrigação linda em uma fazenda com soja, mas essa mesma fazenda está invadida por índios que saíram da aldeia do município de Douradina e entraram nessa área. Do lado do rio tem outra fazenda invadida, com título de 1856, antes mesmo da criação da República. Então, a insegurança jurídica está atrapalhando o investimento, está trazendo ao setor produtivo do nosso país a baixa estima de investir porque a pessoa não sabe se amanhã será dona daquilo que investiu hoje, que lhe é legítimo. Foi o Estado de Mato Grosso do Sul que titulou as pessoas depois da Proclamação

da República, preservados sessenta quilômetros de faixa de fronteira, sessenta e seis quilômetros, mais precisamente. Agora fizeram ali no Congresso sem saber, ou sem ler a lei, porque quem requereu a terra antes de 1964, na faixa de fronteira, não tem que fazer essa tal ratificação que foi prorrogada até 2030. Portanto, a questão indígena precisa ser analisada com muita profundidade. Há poucos dias, aconteceu uma invasão no município de Caarapó e todos os documentos mostram que foi o Conselho Missionário Indigenista que contratou a van que levou índios de outro lugar para participar dessa baderna: queimar casa, queimar trator, matar animal. Isso aconteceu vizinho à minha propriedade, onde a professora Valdirene Veron, funcionária pública licenciada, está comandando a baderna, porque ninguém sabe qual é a terra que ela quer. Valdirene é filha do saudoso Veron que invadiu a fazenda Brasília do Sul, e estão lá os seus irmãos e a sua irmã Dirce, que foi detida pela polícia, juntamente com um índio policial Terena que estava pegando dinheiro no anel viário de Dourados para não deixar as pessoas invadir a propriedade. Então, isso é lei ou é desordem? Isso é lei ou é baderna? O que está acontecendo com o nosso país? O que está acontecendo com o setor que sustenta este país de pé, que é o setor produtivo, que está sendo acuado através de invasões incabíveis, invasões programadas, invasões estudadas? O que está por trás disso? Ideologia? O que está por trás disso? A Igreja Católica, através do Cimi? O que está por trás disso? Indígenas sendo usados para fazer esse tipo de baderna? Acontece que, no outro dia, mandam para o ministro Alexandre de Moraes, dizendo que tem que julgar uma ação rescisória que está julgada e vencida desde 2016. Agora, se tiver que julgar e anular o que já foi julgado, como é que a gente vai acreditar na lei maior, se depois nós não temos mais como recorrer? Acreditar em quem, neste país? Eu venho usar esta tribuna para dizer, em nome do setor produtivo, que é quem mais emprega neste país, em nome da mulher e do homem do campo, que trabalha e produz alimentos, em nome do setor do agronegócio, que se matarmos a galinha dos ovos de ouro, amanhã não saberemos mais qual será o futuro de um país rico igual o nosso. Não sei se vamos transformar isso aqui numa Venezuela que hoje está correndo um risco muito grande, já que quatro ou cinco empresas de aviação foram proibidas e suspenderam os voos para lá. Então, o que nós não podemos admitir é que o Brasil, um país tão lindo como este, vá para qualquer lado; ele tem que ir para o lado da lei, para o lado do bem e não para uma extrema-direita radical ou para uma extrema-esquerda inconsequente. Acho que nós temos que seguir em um caminho de progresso, de desenvolvimento, de boa educação, de boa saúde, um caminho em que as mulheres sejam respeitadas. Temos que parar de receber todos os dias, nesta Casa, notícias de questões de feminicídio. O que está acontecendo é algo absurdo! Hoje, as mulheres estão se qualificando mais, elas deixaram de ser donas de casa para ser provedoras e isso está incomodando os homens. Nós temos que morar em um país em que todos sejam iguais, independentemente de cor, de opção sexual, de qualquer natureza, porque a natureza é coisa de Deus e nós não podemos coibir, nem discriminar, nós temos que aceitar o jeito que a pessoa vem ao mundo. Essa discriminação de cota para negro, cota para isso ou aquilo não tem sentido. Cota para quê? O que tem que ser feito é escola boa, qualificar os professores para que as pessoas possam

passar de ano e entrar na faculdade pela educação pública, é isso que precisa ser feito em um país que pensa no bem-estar de uma grande nação, como é o nossa. Então, eu acho um absurdo o que está acontecendo neste país. Até onde vamos não sei, o destino pertence a Deus, mas nós ainda moramos e residimos em um país que diz que é democrático e não podemos perder esse foco. Em 2026 terá eleições, então procurem saber a história das pessoas que serão candidatas, sejam homens ou mulheres, escolham pessoas do bem, pessoas que queiram que este país continue crescendo, se desenvolvendo, para que todos nós possamos viver aqui com igualdade, sem discriminação. É esse o motivo, senhor presidente, pelo qual faço uso desta tribuna. Quero deixar aqui a minha indignação, porque não pode uma cidade como Dourados, a dez quilômetros da cidade, um distrito maravilhoso como Picadinha, onde o governo irá lá entregar uma obra esperada há cinquenta, sessenta anos, um asfalto que passou por dentro do distrito, ser transformada em um quilombo que nunca existiu, por um decreto ou por uma assinatura de um homem que é o presidente da República. O que houve foi que um negro com todos os direitos constitucionais chegou aqui em 1923, requereu um título e se tornou produtor rural, como todos que lá estão. Ele já partiu deste mundo, mas seus descendentes estão lá e isso que está acontecendo é coisa ideológica de pessoas que foram colegas de um prefeito do PT há dez, quinze anos, dizendo que tinha que criar um quilombo no Distrito de Picadinha. E a possibilidade de isso acontecer está tirando as pessoas de suas terras produtivas, lugar onde elas estão produzindo há mais de cinquenta anos, por falta de responsabilidade, por falta de conhecimento da história ou de conhecimento da lei. O senhor Desidério, que é descendente desse possível quilombo, foi dono como qualquer um com o título requerido do Estado. Quero agradecer o tempo que Vossa Excelência me concedeu, a atenção dos meus pares e deixar aqui colocado o que eu queria falar desde a semana passada: a minha indignação. Mesmo eu sendo deputado e defensor da Constituição, eu considero que estamos vivendo em um país sem lei, onde o direito constitucional daquele que realmente o tem, está sendo ceifado. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos ao Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 161/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa de Santo Antônio de Pádua, padroeiro do município de Batayporã". A redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para registrar que eu ia me manifestar sobre o feminicídio que nós tivemos aqui hoje, mas, em função do adiantado da hora, não consegui fazer o meu pronunciamento. Quero agradecer os movimentos sociais que estão hoje aqui num grito pelo combate à violência e ao feminicídio no nosso Estado e no Brasil. A gente sabe que às vezes é até um pouco barulhento, mas eu acho que é um barulho de pedido de socorro, inclusive ontem houve o "Integra Jus" que são medidas para conter e para fazer essa rede de proteção às mulheres funcionar ainda mais e melhor no Estado de Mato Grosso do Sul. Apenas isso, senhor presidente.

Projeto de Lei nº 161/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte. (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ai ao Expediente. O Item 2 foi retirado de pauta pela ausência do autor. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 213/2025. Autor: deputado Antonio Vaz. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia do Antigomobilista e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Modificativa 01 e à Subemenda 02, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 213/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 255/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.894, de 26 de julho de 2016, com o intuito de regularizar situações relativas à carreira em gestão de medidas socioeducativas nos termos que especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00255/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e duas indicações, uma moção de aplauso, duas moções de congratulação. Em discussão...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Só para justificar a ausência da deputada Lia, que se encontra na inauguração na nova sede da PRF.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Devidamente justificado, deputado Paulo Duarte. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Ausente. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h04min).